



APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO COMÉRCIO DOS BAIRROS: Um estudo comparativo entre as cidades de Pelotas e Rio Grande

**MICHELLE DIAS RODRIGUES¹; LUCIANA AZEVEDO DOS SANTOS²; VÂNIA
GOMES GOULART³; CAROLINE FERREIRA SOUZA⁴; STEPHANE SEEFELDT
TAROUÇO⁵; KATIA GISLAINE BAPTISTA GOMES⁶.**

¹Universidade Federal de Pelotas – kamily_mima@yahoo.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – lucinhallu@yahoo.com.br

³Universidade Federal de Pelotas – vaniaggoulart@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – icaah_sousa@hotmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – tefinhaseefeldt@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – gomeskat@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Brasil nas últimas décadas ampliou as políticas públicas voltadas ao combate à pobreza e à desigualdade, dentre estas encontra-se o Programa Bolsa Família. Instituído pela Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro do mesmo ano. Estruturado em três eixos: complemento de renda, acesso a direitos e articulação com outras ações. Em 2011, o aludido programa passou a fazer parte do “Plano Brasil Sem Miséria”, visando assim oportunizar as famílias o acesso a direitos básicos, oportunidades de trabalho e de empreendedorismo. Desde então, pesquisas vêm sendo realizadas a fim de compreender como este programa é utilizado e seu impacto no contexto econômico-social da população assistida pelo mesmo. Entretanto, evidenciou-se uma carência de estudos na investigação do que as famílias adquirem com estes recursos, onde compram e o impacto nos mercados locais. Baseado nessas questões este trabalho tem por objetivo identificar a natureza dos produtos e locais onde são adquiridos e como os valores recebidos pelos beneficiários colaboram no crescimento econômico dos bairros nas cidades de Rio Grande e Pelotas, no que tange ao desenvolvimento dos mercados locais.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2013), Políticas Públicas no sentido de erradicar a pobreza e equilibrar os níveis sociais têm sido a preocupação de muitos movimentos e órgãos que buscam valorizar os direitos humanos e a democracia em nosso país, mas em contra partida muitas vezes benefícios advindos de programas que são criados acabam tomando outro rumo ou sendo cancelados por diversos motivos. Pesquisas revelam que através do chamado o “efeito preguiça”, os beneficiários do Bolsa Família deixam de trabalhar para viverem somente do programa, é considerado um mito. Elas permanecem trabalhando e tiram seus sustentos a partir de sua produção informal. Conforme SILVA (2004), iniciado em 2003, atualmente o Programa Bolsa Família paga em média R\$ 170,00 mensais às famílias carentes, mas tem como premissa a exigência das crianças e dos jovens na escola, assim como o acompanhamento da saúde dos mesmos continuamente. Constituindo-se como uma ferramenta de apoio ao direito social de alimentação no país. Este programa vem sendo criticado por muitos setores estudiosos das ciências políticas e sociais, mas ao mesmo tempo vem sendo elogiado e aprovado por outros e representando assim aos beneficiários uma forma possível e única de renda.

SOMEKH (2004), refere-se ao desenvolvimento local como uma possibilidade de benefício às populações locais através da geração de empregos



e outras formas de renda, além do atendimento às necessidades habitacionais, equipamentos e infra-estrutura. Para MARTINELLI (2004), o desenvolvimento local representa um sinônimo de intervenções em parceria com objetivos tanto sociais quanto econômicos. OLIVEIRA (2008), analisa em seu estudo como as famílias beneficiárias do bolsa família alocam os recursos advindos do programa. Visando compreender se há uma apropriação desproporcional dos gastos totais e componentes do consumo como alimentação, habitação, vestuário, educação, saúde e demais despesas por parte dos adultos. Conforme CAMPELLO (2013), é necessário um controle maior das melhorias realizadas no programa e de sua distribuição, pois os resultados devem atender as expectativas iniciais de criação e desenvolvimento, melhorando sua aplicação na sociedade e sobre tudo aos seus beneficiários. Deve haver então uma adequação entre os pressupostos do programa e a necessidade das famílias em nossa sociedade, caso contrário, não caracterizará um programa inclusivo e assistencial. Concordando com REGO (2014), quando falamos em controle social do bolsa família, nos referimos a um acompanhamento efetivo da sociedade na gestão do programa, a fim de transparecer a todos as ações estatais e acesso às famílias em condições de vulnerabilidade.

2. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se, quanto aos seus objetivos, como exploratório e descritivo (GIL, 2008). Os dados foram coletados em dois momentos- o primeiro para melhor descrever o programa, e os beneficiários utilizou-se de fontes primárias, provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, e Prefeituras Municipais de Pelotas e Rio Grande. O segundo momento diz respeito aos dados empíricos, foram realizadas entrevistas através de questionário com quinze perguntas em estrutura fechada aos beneficiados do Programa Bolsa Família. Alguns destes conhecidos dos pesquisadores, e outros localizados em escolas dos bairros. Após coleta dos dados estes foram dispostos em histogramas de barras (cada gráfico se referindo a cada questão), tendo como embasamento metodológico de análise o escore de propensão (propensityscorematching), que parece ser a metodologia mais indicada, pois tal método permite parear os indivíduos do grupo de tratamento e controle através das características observáveis, em cidades diferentes como Pelotas e Rio Grande, reduzindo assim o viés (HEINRICH, 2010).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados obtidos foi possível traçar o perfil dos respondentes nos seguintes aspectos:

Quanto a residência, nota-se que a grande maioria dos entrevistados 70% residem a mais de dez anos em seus específicos bairros em Pelotas. Na cidade de Pelotas não aparece os dados com menos de um ano de moradia, visto que, os vinte entrevistados todos moravam a mais de um ano na cidade.

Tanto nas cidades de Rio Grande e Pelotas há uma predominância do sexo feminino dos entrevistados, havendo um número maior de pessoas do sexo feminino cadastradas no Bolsa Família. Em relação à idade constatou-se na cidade de Rio Grande a existência de beneficiados com idade variando entre 19



anos e acima de 41 anos. Em Pelotas as idades variam entre 16 anos e acima de 41 anos caracterizando uma população mais jovem.

Quanto à formação escolar, observou-se nas duas cidades que todos os respondentes possuem algum grau de instrução, a maior incidência de conclusão é do ensino fundamental, sendo que Pelotas 55%, superando Rio Grande, que conta com 45% nesse aspecto.

Quanto à ocupação principal, identifica-se uma faixa significativa de desempregados em Pelotas, 50% dos entrevistados, sendo 35% a mais que a cidade riograndina. Há uma aparente similaridade entre as duas cidades no que se refere à ocupação como autônomo, ou seja, 15% nas duas cidades.

Referindo-se ao número de componentes da família verifica-se de um a três pessoas moradoras em Pelotas, ao passo que em Rio Grande, nota-se que há um número maior de componentes por família de quatro a sete pessoas para o cadastro do Bolsa Família.

Conforme as vinte pessoas entrevistadas, houve somente sete pessoas em Pelotas que responderam, sendo que as outras treze preferiram não informar o valor da renda bruta da família. Isso se verifica na proporcionalidade dos histogramas do gráfico Rio Grande em relação à Pelotas, sendo que em Pelotas a renda maior dos entrevistados encontra-se na faixa de R\$ 469,50 a R\$ 937,00.

Em relação à quantidade de famílias inscritas no Cadastro verifica-se que há maior número de pessoas inscritas no Cadastro Único em Rio Grande do que em Pelotas. Em Rio Grande há um número maior de pessoas beneficiadas pelo programa Bolsa Família do que em Pelotas.

Verifica-se que o emprego do valor recebido do Bolsa Família, na maioria dos beneficiados pelo programa, sempre é utilizado para fins de alimentação, cerca de 70% das famílias. Não utilizando para pagamentos de contas de água e luz ou material escolar, raramente para produtos de higiene e limpeza.

A maioria dos entrevistados realizam suas compras com o uso do valor do programa em mini-mercados próximos de suas residências, principalmente em Pelotas mais do que Rio Grande. Em Rio Grande o número é maior em relação à Pelotas no que se refere aos grandes supermercados.

O uso do valor do Bolsa Família em mini-mercados próximos às residências se verifica na compra de material escolar na cidade de Pelotas, não apresentando assim para Rio Grande, ao passo que Rio Grande supera Pelotas no que se referente aos alimentos em mini-mercados próximos.

A forma de compra pelo beneficiários em Rio Grande nos mini-mercados se dá com uso de fiado ou caderno em maior proporcionalidade que Pelotas.

O motivo para compra nos mini-mercados ocorre devido à facilidade no pagamento, preço acessível: em Pelotas se constatou um número maior que Rio Grande, o fato de se localizar próximo à residência possui quase a mesma proporcionalidade nas duas cidades, e credibilidade no local apenas em Rio Grande.

4. CONCLUSÕES

Através deste trabalho, foi possível entender como os beneficiários do Bolsa Família utilizam os recursos financeiros obtidos pelo programa, e fazer uma comparação da utilização do benefício em cidades como Rio Grande e Pelotas. Constatou-se que os recursos obtidos na maioria das vezes são usados para efetuarem compras no setor de alimentação, materiais de higiene e limpeza nas duas cidades. Com base no objetivo proposto nesse estudo conclui-se que, em



ambas as cidades há preferência pela compra dos produtos nos mini-mercados dos bairros. Influenciando de forma positiva com a manutenção desses empreendimentos, gerando renda e emprego no próprio bairro. Quanto as limitações do presente estudo atribui-se a amostra ser pequena, sugere-se que novos estudos sejam realizados envolvendo um maior número de respondentes e os proprietários dos empreendimentos. Espera-se que os resultados obtidos sirvam para outros estudos, uma vez que as formas de uso dos recursos advindos do programa são bem diversificados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPELLO, T; NERI, M.C. (orgs). **Programa bolsa família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2008
- HEINRICH, C (et al). 2010. **“A Primer for Applying Propensity-Score Matching”**. **ImpactEvaluationGuidelines**, Technical Notes, No. IDB-TN-161.
- MARTINELLI, D.P; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel da pequenas e médias empresas**. São Paulo: Manole, 2004.
- Ministério de Desenvolvimento Social. **Bolsa família – Transferência de Renda e Apoio à família no acesso à saúde, à educação e á assistência social**.Disponível em: Acesso em 26 de junho de 2017.
- OLIVEIRA, A. M. H. C. de; RESENDE, A.C.C.**Avaliando Resultados de um Programa de Transferência de Renda: o Impacto do Bolsa-Escola sobre os Gastos das Famílias Brasileiras**. Est. econ., São Paulo, v. 38, n. 2, p. 235-265, ABRIL-JUNHO 2008.
- REGO,W.L.:PINZANI,A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**.São Paulo:UNESP, 2014.
- SILVA e SILVA.M.O.(et al). **A política social brasileira no século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.
- SOMEKH,N.; CAMPOS,C. M. **Desenvolvimento local e projetos urbanos**. Disponível em: Acesso em 26 de junho de 2017.